Instrução Pública Primária do Ceará

Regime colonial — Regime monárquico — Regime republicano

SOUSA PINTO

(Convidado pelo professor Dr. Everardo Backheuser, presidente da Associação Brasileira de Educação, para tomar parte na *Conferência Educacional* que se realizou em dezembro de 1931, no Rio-de-Janeiro, resolví escrever uma memória histórica sobre a *Instrução Pública Primária no Ceará.*

Não tendo podido comparecer àquele Congresso, engavetei o trabalho até março de 1936, quando resolví ampliá-lo, para figurar no «Congresso Regional de História e Geografia» comemorativo do quinquagésimo aniversario da fundação do Instituto do Ceará.

Ainda desta vez não me foi possivel apresentá-lo. E, como me parece estar ele fadado a ser proscrito dos congressos, resolví publicá-lo na revista deste Instituto.

É uma modesta contribuição que ofereço a quem com mais competência e paciência se queira entregar à tarefa de escrever a história da instrução pública do Ceará em suas várias modalidades.)

REGIME COLONIAL

Falha e imprecisa é a documentação referente ao ensino primário, no Ceará, no regime colonial, mas dela se verifica que a criação de escolas primárias no território cearense data de mais de um século e meio, depois de seu povoamento.

Na sua obra "Homens e Factos", à página 109, João Brígido assevera que a criação de escolas na capitania do Ceará foi regulada pela carta régia de 5 de março de 1755. Entretanto, Tomaz Pompeu, no

seu trabalho "O Ceará no Centenário da Independência do Brasil", página 679, é de parecer ter havido equívoco naquela afirmativa, pois foi o *alvará de 8 de maio de 1758* que estendeu a todos os índios do Brasil as disposições dos *alvarás de 6 e de 7 de junho de 1755*, em virtude dos quais fora restituida aos *índios do Maranhão e do Pará* a liberdade de suas pessoas, bens e comércio, dando-se-lhes preferência para a nomeação dos cargos de justiça e de milícia.

Efetivamente, naqueles alvarás, nenhuma referência é feita, relativamente ao ensino. Verdade é, porem, que, depois da reforma do Marquês de Pombal ou, melhor, da expulsão dos jesuitas, a instituição de vilas acarretava, alem dos cargos civís, a *criação de escolas*. Mas o que é certo é que nem sempre se verificava tal cometimento.

O senador Tomaz Pompeu informa (1) que os jesuitas que no princípio do século passado (XVIII século) fundaram um hospício em Aquiraz e outro em Viçosa eram os únicos encarregados do ensino público e davam, gratuitamente, tanto a *instrução primária*, como a secundária; mas esta, unicamente àqueles jovens que se destinavam ao sacerdócio.

Acrescenta Pompeu que, depois da extinção da Companhia de Jesús, só veio a descobrir o *ensino público* em 1800, quando o bispo de Pernambuco, D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, nomeado pelo Rei diretor geral dos estudos em todo o bispado, propôs a criação de cadeiras e as fiscalizava, percebendo das juntas fiscais de cada capitania o produto dos impostos chamados *literários*, destinados ao custeio do magistério público.

«Havia então, nessa província (capitania do Ceará), cinco aulas de latim, nas vilas de Fortaleza, Aquiraz, Icó, Viçosa e Sobral, e outras tantas primárias.» (2)

Determinavam as leis do Reino a criação, em cada vila, de duas escolas, sendo uma para cada sexo; na do sexo masculino, ministrava-se *a doutrina*

(1)—"Ensaio Estatístico do Ceará".

(2)—Senador Pompeu—Obra citada.

cristã, a leitura, a escrita e a contar ; na do sexo feminino, porem, ensinavam-se as mesmas disciplinas, menos a de *contar*, que era substituida pela de *prendas domésticas*, das quais se destacava *fiar, fazer rendas e crivos e costurar.* Mulher não precisava saber contar. . .

Como vencimento, cada professor recebia 50 réis por aluno e mais um *alqueire de farinha de mandioca*, por ano, despesas estas custeadas pelos pais dos alunos ou seus responsaveis.

Os professores eram nomeados pela autoridade local. Na falta de *professor*, os índios podiam frequentar as escolas do sexo feminino, mas *unicamente até a idade de nove annos* Já naquele tempo havia linha divisória.

Nesta primeira fase do ensino público na capitania do Ceará, poucas foram as escolas criadas. A primeira delas foi instalada em data de 9 de julho de 1759, na Aldeia-Caucaia elevada, em outubro do mesmo ano à categoria de villa, sob a denominação de *Vila Nova de Soure.* A sua matrícula, na data da abertura, acusava o número de 142 alunos de ambos os sexos, dos quais vários eram casados. No mesmo dia, uma outra escola foi inaugurada na aldeia de Paiacú, com um total de 54 alunos, sendo 34 do sexo feminino e 20 do sexo masculino. Ainda uma outra foi criada, no mesmo ano, em Viçosa.

Escreve Tomaz Pompeu, em seu citado trabalho, que, «se na Serra-Grande os jesuitas abriram anteriormente escolas, a exemplo do que praticaram em outras partes, não há documento que o prove. Ao contrário, nas missões de 1608, dos Padres Pinto e L. Filgueira, e na de 1615, dos Padres Manuel Gomes e Diogo Nunes, e na terceira, de 1622, do Padre L. Figueira e Irmão Gaspar Fernandes, não houve criação de colégios. Na 4ª. missão, organizada pelo Padre Antônio Vieira, em 1652, foi iniciada no Maranhão, no ano seguinte, a construção de casa e colégio jesuítico».

Tomaz Pompeu justifica este seu modo de ver, dizendo que «o Padre José de Moraiz, tão minucioso em referir a ação jesuítica, na sua "História da Com-

panhia de Jesús", nada diz quanto à instrução dos indígenas no Ceará».

Só na segunda fase do ensino público, que data da expulsão dos jesuitas, é que começou a Metrópole a interferir na instrução elementar.

Assim é que, no mesmo ano em que foi decretada a expulsão, o governo de Pernambuco, em ofício de 18 de maio, dirigido ao Capitão-Mor da capitania do Ceará, ordenava que prestasse *todo o auxílio do braço militar* ao ouvidor Bernardo Coelho da Gama, que «*vai estabelecer as antigas aldeias*», que foram administradas pelos padres jesuitas, em novas vilas com os vigários e *mestres* que os acompanham.

Deficientes são tambem os atos oficiais referentes à instrução primária no Ceará, no decorrer do XVIII século. Entretanto, assinalamos os seguintes (3): em 1784, no dia 27 de março, reuniu-se a Câmara de Viçosa, sob a presidência do capitão Francisco da Cunha Brandão, a fim de ordenar pagamento, que lhe fora requerido pelo professor da escola de *Baepina* (Ibiapina), José de Barros Wanderley, pela aquisição de *cinco bancos*, no valor de 1$240; em 23 de outubro de 1874, o Senado da Câmara do Aracatí requereu à rainha D. Maria uma aula de gramática latina, assegurando a S. M. *que o Aracaty mais do que outra qualquer villa da commarca necessitava dessa saudavel providencia*; em 22 de outubro de 1785, foi nomeado, em Lisboa, professor de latim da *vila de Santa-Cruz do Aracatí* sem tempo marcado, Teodósio Luiz da Costa Moreira, vencendo anualmente 240$000, em quartéis adiantados; em 21 de julho de 1787, o Ouvidor de Pernambuco mandou examinar o padre Francisco de Sousa Magalhães, a fim de ser nomeado, pelo prazo de um ano, para a cadeira de latim, de Aquiraz, em substituição ao serventuário Antônio José Alves de Carvalho, que fora suspenso pelo Ouvidor do Ceará,—vencia anualmente 300$000 pagaveis por quarteis; em 28 de abril de 1788, Manuel Antunes de Almeida foi nomeado *mestre de ler, escrever e contar, da vila do Aracatí,* com o ordena-

(3) – Barão de Studart—"Datas e Fatos".

do anual de 100$000; em 27 de maio de 1788, por provisão régia, foi mandado submeter a exame Albino Pereira Barreto, a fim de ser nomeado, por um ano, *mestre de ler, escrever e contar*, da vila de Aquiraz, com o ordenado de 120$000 anuais; em 12 de novembro de 1789, por provisão do governador Feio e Torres, foi nomeado João Camilo de Deus *mestre-escola* dos índios de Soure; em 25 de novembro de 1789, de conformidade com as instruções recebidas da Mesa Censória, Manuel de Siqueira Braga foi provido, por um ano, no cargo de *mestre de ler e escrever da vila de Fortaleza*; em 20 de julho de 1790, foi, por provisão régia, nomeado Albino Ferreira Barreto *mestre de ler e escrever*, da *vila de Aquiraz*, pelo prazo de 6 anos, com o ordenado anual de 180$000; em 7 de julho de 1791, foi confirmado, pela rainha D. Maria, no emprego de substituto da *escola de ler e escrever*, da *vila de Fortaleza*, Antônio de Ávila, pelo tempo de seis anos, com um ordenado anual de 80$000; em 19 de dezembro de 1791, o Capitão-Mor do Aracatí enviou uma representação à Rainha, contra o procedimento de Teodósio Luiz da Costa Moreira, professor da *lingua romana* daquela vila, o qual, não tendo discípulos, porque os afastava com a sua conduta, recebia pontualmente o ordenado anual de 240$000, e ajuntou que o professor alugara a casa da escola a um negociante; em 24 de novembro de 1792, Felix Gonçalves Ribeiro da Gama é nomeado mestre de *primeiras letras* do Aracatí, não tendo entretanto assumido o exercício; em 12 de outubro de 1794, Antônio Alves de Miranda Varejão é nomeado *mestre de primetras letras do Aracatí*, por seis anos, com o ordenado de 100$000, a contar do seu embarque em Lisboa; em 16 de novembro de 1799, por provisão de Bernardo Manuel de Vasconcelos, foi nomeada D. Ana Clara da Encarnação *professora de meninas* da vila de Soure. Foi esta a primeira mulher a ingressar no magistério cearense (Barão de Studart). Em 7 de julho de 1801, foi nomeado, por provisão do governador Bernardo de Vasconcelos, Felix Benício Ribeiro Mintes, para *reger a escola* de Soure e servir de tabelião; em 28 de janeiro de 1805, por provisão do governador interino, é nomeado Luiz Marreiro de Sá, para professor de *primeiras letras*,

em substituição a Antônio Ferreira de Ávila, reconhecido como incapaz; em 15 de novembro de 1803, foi, por ordem régia, dirigida ao Governador, para informar, uma representação feita pela Câmara de Fortaleza, contra o professor João da Silva Tavares.

Adiante direi os motivos que levaram a Câmara a representar contra o referido professor.

Em 14 de dezembro de 1803, a Câmara do Aracatí reclama, ao Goverdador da Capitania, contra a falta que alí há de mestre de primeiras letras e propõe para o lugar a José Correia Brito; em 15 de março de 1804, é nomeado João José Noronha professor de *primeiras letras* de Sobral, com o ordenado de 80$000 anuais; em 28 de março de 1804, é, pelo Governador, nomeado João da Silva Loureiro, para professor de *primeiras letras* do Aracatí, com o ordenado de 80$000; em 7 de junho de 1804, o Governador nomeia professor de *primeiras letras* da vila de S.-Bernardo das Russas a Antônio Dourado de Azevedo, com o ordenado de 80$000, pago em quartéis; em 3 de setembro de 1805, é nomeado professor de *primeiras letras* da povoação de Buritî, termo da Vila-Viçosa, Manuel Vaz; em 26 de julho de 1808, a Câmara de Fortaleza comunica ao Governador que, sendo *notória a incapacidade,* por velhice, do professor de primeiras letras Luiz Marreiros de Sá, o fizera substituir pelo *furriel* Luiz José das Virgens.

O professor Sá, já vimos, fora nomeado em substituição a Antônio Ferreira de Ávila, afastado por motivo de incapacidade.

Em 15 de setembro de 1808, é nomeado Joaquim Bernardo de Mendonça Ribeiro Pinto professor de *primeiras letras* da vila de Fortaleza; em 3 de outubro de 1808, é nomeada D. Maria Gertrudes Ferreira *mestra de primeiras letras,* em Fortaleza; em 15 de janeiro de 1810, Francisco Inácio da Costa é nomeado professor de *primeiras letras,* de Sobral, com o ordenado de 80$000 anuais; em 9 de julho de 1810, uma carta régia confirma a João Rufo da Costa Freitas no emprego de professor de gramática latina do Aquiraz, no mesmo emprego com exercício em Fortaleza; em 25 de abril de 1811, por provisão do go-

vernador Barba Alardo, foi nomeado Joaquim Francisco de Paula professor de *primeiras-letras,* para S.-João do Príncipe; em 1º. de junho de 1815 é nomeado Antônio de Moura professor de *primeiras letras de Sobral.* Ainda se deram as nomeações seguintes, de *professores de primeiras letras*: em 29 de abril de 1815, de Eugênio José da Silva, para Sobral; em 24 de abril de 1820, de Antônio Cláudio Afonso, para o Icó; em 16 de julho de 1822, de José Carvalho da Silva, para a povoação de Canindé; em 13 de agosto do mesmo ano, de Joaquim Francisco de Paula, para Fortaleza, e, finalmente, em data de 26 de setembro do mesmo ano, a Junta Provisória do Governo passou provisão de *professor de primeiras letras,* da povoação de Santa-Cruz da Uruburetama, a Antônio José de Sousa, com o ordenado de 150$000 anuais.

COMENTÁRIOS

Fui encontrar, na coleção do Barão de Studart, o documento que passo a transcrever e que tem a data de 3 de outubro de 1798:

> «No *livro de correspondencia da corte,* nº. 11, pag. 166 que deve existir no archivo da Secretaria de Pernambuco, encontra-se um Mappa das escolas existentes neste anno, no qual o *Ceará* figura tendo 9 cadeiras, Alagoas 6, Parahyba 5, e Rio Grande do Norte 4, despendendo-se com os professores da primeira 1:800$000, da segunda 880$000, da terceira 710$000 e da quarta 580$000.
>
> Desse Mappa verifica-se que Pernambuco tinha então 36 cadeiras, sendo 21 de primeiras lettras, 10 de grammatica latina, 2 de rhetorica, 1 de philosophia, 1 de geometria e 1 de grego, com cujo professorado despendia 7:600$000.»

Do dia 9 de julho de 1759, data da instalação da *primeira escola de ler, escrever e contar* da capitania do Ceará, até o dia 26 de setembro de 1822,

quando o Brasil deixou de ser colônia, ou melhor, no espaço de 63 anos, foram criadas na dita capitania, *unicamente*, VINTE E SETE ESCOLAS.

Computada que fora, naquela época, a população do Ceará, num total de 200.000 almas, temos o alto número de 7.407 pessoas para cada escola.

Eis aí tudo quanto se fez, no *regime colonial*, em prol da *instrução primária da capitania do Ceará.*

Era um estado de verdadeira lástima, aliás não somente no Ceará, mas em todo território da colônia.

É que mais de duzentas anos decorreram após a descoberta, sem que o governo da metrópole se mostrasse preocupado com instituir no Brasil as bases duma profícua disseminação do ensino, o que não é de surpreender, pois só no século XIX devia ganhar foros de cidade a crença de que o cultivo intelectual das camadas populares constitue um dos mais sérios encargos dos poderes públicos. (4)

O cultivo do espírito foi uma atribuição assumida pelos jesuitas, que fundaram colégios, como os da Baía e de S.-Vicente, e «a cujas sucessivas gerações de docentes se devem a revelação e o cultivo de inteligências de escol, que, nos séculos XVII e XVIII, começaram a acreditar o nome do Brasil». (5)

Verdade que não pode ser incoberta é que «por cerca de duzentos anos, sós ou quasi sós, mantiveram o ensino os inacianos e seus discípulos, pois antes do século XVIII não apareceram, nesta matéria, traços reveladores de interferência apreciavel do governo, nem tampouco das municipalidades. De fato, só no começo daquele período, entra a manifestar-se a ação legal, daí em diante sempre crescente, até o primeiro quarto do centênio seguinte, para depois deperecer, a ponto de quasi ficar extinta, à me-

(4) Osiel Bordeaux Rego — "Introdução à Estatística Escolar".

(5) Moreira de Azevedo — "Instrução pública nos tempos coloniais".

dida que se ia acentuando a autoridade do poder central.» (6).

Arrancada aos jesuitas, decaiu consideravelmente a instrução, apesar dos esforços feitos por outras congregações religiosas, para suprir a falta daqueles missionários.

Vou terminar esta parte da meu estudo, sobre a instrução primária do Ceará no regime colonial, com a transcrição dum interessante documento, da coleção do Barão de Studart, referente à representação a que me referí mais longe, feita contra o professor da vila de Fortaleza, o pardo João da Silva Tavares:

> «Aos vinte sete dias do mez de novembro de mil oitocentos e dous em variação de camera e senado desta villa mandou o Presidente della e mais variadores, por ordem dos illustrissimos Senhores Governadores interinos desta capitania chamar a sua presença o pardo João da Silva Tavares, mestre de grammatica latina desta villa para assignar termo na presença de todos de viver daqui endiante com pais e quietação conforme as leis do Reyno e costumes de que deve fazer profição &: E sendo vindo o dito João da Silva Tavares pello dito senado lhe foi dito que para occorrer ao sucego e tranquillidade publica perturbada pella *lingua defamadora, libertinagem e pecimos costumes* movendo ainda delle João da Silva Tavares o justo castigo, que por elles merecia, advertiam de não continuar mais no *exzercicio de mexiriqueiro, inredador* e perturbador do publico, magistrados e Republicos, pondo fim adissulução de sua vida e asignando termo de bem viver como bom vassallo de sua Alteza Real e bom vezinho desta villa debacho da penna se o contrario praticar de ser na conformidade da Lei *extreminado* para os lugares de Africa alem das mais pennas com

(6) Pires de Almeida—"L' instruction publique au Brésil".

que os seos delictos aggravacem a primeira, o que sendo houvido pello dito João da Silva Tavares prometeo mudar de conducta debaixho da dita penna e assignou com o mesmo senado este termo para e todo tempo constar da sua emenda ou recalcitração conforme o disposto pello Regimento do mesmo senado e leis do Reino. Eu José de Barros Corrêa Escrivão da camara o escrevy.» (7)

REGIME MONÁRQUICO

Da independência à abdicação

O regime liberal de nossa independência encontrou o povo brasileiro embrutecido e o país carecido de meios de toda natureza para subtraí-lo a esta pobreza moral. (8)

Isso não era estranhavel, porque a instrução ministrada ao povo, no regime colonial, mostrava-se, no dizer de Píres de Almeida, «abaixo de tudo quanto fora possível imaginar», uma vez que as escolas publicas não possuiam crédito especial para se movimentar, tendo de se manter a custa de *taxas locais*, que recaíam na carne, no sal, na aguardente, no vinagre, sistema que vigorou até a criação do *Subsídio Literário*, pela carta régia de 10 de novembro de 1778.

Escreve Carlos Maul (9): «É de 1723 a ordem régia que expulsa os religiosos que andavam pela capitania de Minas», *para que os filhos do país não se instruissem.* «O vezo dos jesuitas de *ensinar* aos aborigines as primeiras letras molestava os governos do Reino, e esses *padres* que lhes continuavam a missão nobilitante, iluminando as inteligências, *mereciam ser perseguidos como réprobos.*»

---

(7)—Barão de Studart—Trabalho citado.

(8)—Tomaz Pompeu—"O Ceará no Centenário da Independência do Brasil".

(9)—Artigo no "Correio da Manhã" do Rio.

No regime monárquico, conforme consta da totalidade dos relatórios dos vários presidentes da provincia, a instrução pública primária, no Ceará, era indicada pelo seguinte mote: TUDO ESTÁ POR FAZER, DESDE A ESCOLA AOS MÉTODOS DE ENSINO.

Os presidentes da Provincia, era verdade, manifestavam boa vontade para incentivar o ensino; contudo, esbarravam, na falta de meios pecuniários.

Assim é que, em 1881, contra quinze escolas *publicas* com a matricula de 1.050 alunos, existiam, na capital da Provincia, 11 escolas de ensino *particular,* com a matrícula de 1.924 indivíduos.

Mas não nos adiantemos e sigamos os passos da instrução, da data da nossa independência política até o ato da abdicação.

A primeira nomeação de professor lavrada depois da proclamação, foi-o no dia 25 de outubro, na pessoa de D. Florinda Xavier de Almeida, para Fortaleza, com o ordenado de 150$000 anuais. Seguiram-se: em 23 de agosto de 1823, a de Teodósio Ferreira pa Cruz, para Santa-Cruz da Uruburetama; em 27 de novembro do mesmo ano, a de Antônio da Costa, para Arronches; em 18 de março de 1824, a de José Rufino, para o Crato, com o ordenado de 150$000; em 3 de Julho do mesmo ano, a de João de Sousa Marinho, para Monte-Mor o Novo; em 7 de janeiro de 1825, a de Maria Clara de Jesús Almeida, para Fortaleza; em 2 de março do mesmo ano, a de Antônio José de Carvalho, interinamente, para Sobral, passando a efetivo em 1.º de junho do referido ano; em 15 de abril de 1826, a de Inácio Jerônimo de Jesús, para Aracatí; em 3 de abril de 1827, a do padre Manuel da Silva Sousa, para Lavras; em 20 de novembro de 1828, por provisão do presidente Nunes Berford, foi nomeado Acúrcio Silveira professor de *primeiras letras* do Aracatí; em 17 de dezembro de 1830, D. Maria José de Jesús o foi para o Icó; em 1.º de fevereiro de 1831, o padre Vicente Ferreira Muniz para Soure, com o ordenado de 300$000; e em 14 de fevereiro de 1831, Francisco Pereira de Sousa para *Acaracú,* com 300$000.

Estas, em número de 13, foram as nomeações de

professores, desde o dia da proclamação da independência até a data da abdicação de D. Pedro I, num período de 9 anos.

DA REGÊNCIA À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A notícia da abdicação do imperador D. Pedro I foi recebida no Ceará no dia 13 de maio de 1831, por via do capitão Edward Higgurson, comandante do brigue inglês "Atlas".

Depois daquela data, a primeira nomeação de *professor primário* foi feita a 9 de julho do referido ano, na pessoa de João da Costa Pontes, com o ordenado de 150$000, para a povoação de Arronches. A esta nomeação seguiram-se: em 23 de julho de 1831, João Damasceno Fontenele, para Viçosa, com 150$000; em 4 de agosto do mesmo ano, Manuel Joaquim da Paz, com 300$000, e Manuel Pontes Franco, com 300$000, ambos para Arronches; em 12 de setembro do mesmo ano, Jucundo Mederino da Costa, para Vila-Nova, com 150$000; em 1º. de outubro do mesmo ano, João da Costa Pontes, para Ciupé, com 150$000; em 16 de janeiro de 1832, Ana Joaquina da Conceição, para Fortaleza, com 300$000; em 12 de dezembro do mesmo ano, Antônio Joaquim dos Santos, para Lavras, com 300$000, e Francisco Ferreira de Sousa, com 300$000, para Acaraú, donde foi transferido para Viçosa, em 23 de junho de 1835; em 12 de dezembro de 1833, Herculano Júlio de Albuquerque e Melo, para Aracatí, com 300$000; em 5 de julho de 1833, Vicente Afonso Pereira Moreno, interino, para Imperatriz, com 300$000; em 9 de agosto de 1834, Henrique Luiz Pontes Barreto, interino, para Trairí, com 150$000, sendo efetivado em 3 de outubro do mesmo ano; em 3 de dezembro de 1834, João da Costa, interino, para Mecejana, com 150$000; em 3 de outubro de 1835, Manuel Sisnando Batista, interino, para o Crato, com 150$000; em 27 de novembro do mesmo ano, José Dias da Silveira, para o Icó; em 1º. de dezembro do mesmo ano, Antônio Raimundo Brígido dos Santos, para o Crato; em 11 de maio

de 1836, Antônio Fernandes Moura, interino, para S. Mateus; em 10 de setembro de 1836, Antônio Anastácio Correia, interino, para Ciupé; em 23 de setembro de 1836, Antônio Pereira de Aquino, para Mecejana; em 12 de novembro do mesmo ano, José Rodrigues Pinto Brasil, interino, para Imperatriz; em 15 de dezembro do mesmo ano, Antônio José Fiuza Lima, para Lavras; em 16 de dezembro do mesmo ano, Manuel da Cunha Rovolido de Meneses, para o Icó; em 31 de janeiro de 1837, Francisco de Paula Cavalcante, para Ciupé; em 12 de abril do mesmo ano, Bernardino Guedes de Araujo, para Missão-Velha; em 26 de junho, ainda do mesmo ano, Francisco Urbano Brígido de Assiz, para S.-Mateus; em 20 de janeiro de 1838, Joaquim Bernardo de Mendonça, para Fortaleza; em 9 de abril do mesmo ano, Manuel Joaquim de Azevedo Braga, para Trairí; em 25 de outubro ainda do mesmo ano, Francisco Nunes Pereira de Albuquerque, para Lavras; em 20 de julho de 1839. José Aporitânio de Santiago, para S.-Mateus; em 3 de agosto de 1839, Manuel Joaquim da Silva Murta, para Santa-Quitéria; em 5 de agosto de 1839, José Inácio de Araujo Costa, para S.-João-do-Príncipe; em 14 de setembro de 1839, Francisco José da Costa Barros, para Aracatí, em 26 de outubro de 1839, Rufino Nicácio Moreira Lima, para Quixeramobim; em 6 de abril de 1840, Vicente Felipe Sobral Macaiba, para Soure; em 2 de fevereiro de 1840, Marciliano Lopes Benevides, para Lavras; em 1º. de outubro do mesmo ano, Joaquim Lopes, para Mecejana; em 31 de agosto de 1841, José Eleutério da Silva, para Sobral.

Em 18 de julho de 1856, a lei nº. 750 criou cadeiras de *primeiras letras*, para o sexo masculino, em S.-Mateus e Pedra-Branca; em 8 de agosto do mesmo ano, outra lei criou aulas de *primeiras letras* para S.-Vicente de Lavras, Telha e Canindé.

Depois desta última lei, nada mais encontrei, referente a criação de cadeiras ou nomeações de professores de primeiras letras. Encontrei, porem, as cifras do movimento do ensino, a partir de 1845 até 1889, que são as constantes dos quadros que organizei e dou a seguir:

QUINQUÊNIO 1845 — 1849

ANOS	ESCOLAS	Matrícula pelo sexo			ALUNOS POR ESCOLAS
		MASC.	FEM.	TOTAL	
1845	30	1.120	212	1.332	44,4 0/0
1846	35	849	122	971	27,6 0/0
1847	39	963	317	1.280	32,8 0/0
1848	46	1.667	393	2.060	44,7 0/0
1849	38	1.123	437	1.560	41,0 0/0
Média	37,6	1.144,4	296	1 440	38,1 0/0

QUINQUÊNIO 1850 — 1854

1850	38	1.203	455	1.658	44,1 0/0
1851	39	1.425	414	1.839	49,7 0/0
1852	40	1.486	429	1.915	47,8 0/0
1853	50	1.972	529	2.501	50,0 0/0
1854	53	2.922	584	2.606	49,1/2 0/0
Média	44,0	1.621,6	482,2	2,103,8	48,1 0/0

QUINQUÊNIO 1855 — 1859

1855	53	1.714	586	2.300	43,4 0/0
1856	61	2.625	693	3.318	54,4 0/0
1857	74	2.436	712	3.148	42,5 0/0
1858	103	3.269	1.077	4.346	42,1 0/0
1859	112	4.103	1.180	5.283	47,1 0/0
Média	86,2	2.734,8	803,6	3.538,4	45,9 0/0

QUINQUÊNIO 1860 — 1864

1860	112	4.149	1.255	5.404	48,2 0/0
1861	115	3.619	1.219	4.838	42,0 0/0
1862	115	3.013	1.206	4.210	36,6 0/0
1863	113	2.881	1.173	4.054	35,8 0/0
1864	114	3.931	1.356	5.287	46,3 0/0
Média	113,0	3.233,0	1.221,8	4.454,8	41,0 0/0

QUINQUÊNIO 1865 — 1869

ANOS	ESCOLAS	Matrícula pelo sexo			ALUNOS POR ESCOLAS
		MASC.	FEM.	TOTAL	
1865	114	4.189	1.432	5.621	49,3 0/0
1866	117	3.632	1.370	5.002	43,3 0/0
1867	136	5.280	1.985	7.265	54,9 0/0
1868	143	4.594	1.867	6.461	45,1 0/0
1869	155	5.271	2.350	7.621	49,1 0/0
Média	133,6	4.593,2	1.800,8	6.394,0	48,3 0/0

QUINQUÊNIO 1870 — 1874

1870	174	5.336	2.808	8.144	41,0 0/0
1871	219	6.140	3.027	9.167	41,9 0/0
1872	188	5.872	3.422	9.249	49,4 0/0
1873	188	5.872	3.342	9.214	48,9 0/0
1874	233	5.097	4.271	10.268	44,0 0/0
Média	200,4	5.843,4	3.374,0	9.217,4	45,0 0/0

QUINQUÊNIO 1875 — 1879

1875	233	6.504	4.469	10.975	47,0 0/0
1876	236	6.078	4.428	10.506	44,5 0/0
1877	235	6.047	4.094	10.141	43,1 0/0
1878	226	3.096	2.889	5.985	26,4 0/0
1879	197	4.055	3.256	7.311	41,1 0/0
Média	225,4	5.156,0	3.827,2	8.983,2	404 0/0

QUINQUÊNIO 1880 — 1884

1880	206	4.565	4 094	8.659	42,0 0/0
1881	209	5.044	4.234	9.278	44,4 0/0
1882	218	5.254	4.680	9 934	45,6 0/0
1883	262	5.029	4.619	9.648	36,8 0/0
1884	262	4.008	3.794	7.802	29,8 0/0
Média	231,4	4.780,0	4.304,4	9.062,4	39,7 0/0

QUINQUÊNIO 1885 — 1889

ANOS	ESCOLAS	Matrícula pelo sexo			ALUNOS POR ESCOLAS
		MASC.	FEM.	TOTAL	
1885	266	4.603	4.100	8.703	32,7 0/0
1886	266	5.184	3.965	9.149	34,3 0/0
1887	266	4.170	4.034	8.204	30,8 0/0
1888	260	4.160	3.703	7.872	30,2 0/0
1889	267	5.780	6.127	11.907	44,6 0/0
Média	265,0	4.781,2	4.386,0	9.167,0	34,5 0/0

Eis-me chegado ao fim do período monárquico. Do estudo a que procedi, verifiquei que, no citado regime, a partir do ato da abdicação do imperador Pedro I, em 1831, o número de cadeiras de *primeiras letras*, até o ano de 1857, manteve-se na média anual de QUARENTA-E-UMA. Do ano de 1858 até o ano de 1873, atingiu à média anual de CENTO-E-TRINTA-E--SETE. Do ano de 1874 até o ano de 1889, fim do regime monárquico, a média anual subiu a DUZENTOS--E-VINTE-E-SEIS.

Computado o número de habitantes da província, em 1831, num total de 240.000, temos que o número de habitantes por escola era de OITO-MIL. Calculada a população em 1889, num total de 800.000 indivíduos, temos que o número de habitantes por escola, quando se deu a instalação do regime republicano, era de TRÊS-MIL-QUINHENTOS-E-TRINTA-E--NOVE. Constatou-se, pois, num período de CINQUENTA-E-OITO ANOS, um aumento, apenas, de 44,2 %.

REGIME REPUBLICANO

Como muito bem disse Osiel Rego (10), estava bem longe de ser favoravel a situação do ensino elementar herdado à República pelo regime imperial (asseguram-no fidedignos testemunhos contemporâ-

(10)—Trabalho citado.

neos e fazem-no igualmente certo, como veremos, quando for oportuno, as provas de estatística):

«Ao novo regime ficara, assim, em todo o seu peso, a tarefa ingente de libertar o povo brasileiro do seu endêmico analfabetismo. Alem da missão de garantir a ordem, cumpria, portanto, às administrações republicanas, no desempenho de um dever que, nem por meramente transitório, era de relevância menor, difundir com largueza o ensino, instruindo, na medida do possivel, as gerações que haviam transposto o tempo próprio da frequência escolar, sem nunca terem penetrado numa casa de educação intelectual, mas preocupando-se, sobretudo, com a criança ainda em idade de receber normalmente o benefício das primeíras letras.

Empreender essa grande obra era instituir, em defesa do futuro, uma como profilaxia da ignorância.»

* * *

Tem-se sempre apresentado, como sendo o principal entrave do desenvolvimento do ensino, as condições vexatórias do erário público; mas quem se der ao cuidado de pesquisar, com minúcias, as nossas leis de meios, constatará que de todo assim não é.

Nelas encontrará gastos supérfluos, com serviços de existência duvidosa, ou cuja única razão de ser é o dar pensão a protegidos da política.

Verdade dura, mas verdade verdadeira, que toda gente sabe, porem que só se comenta à surdina, por que ninguem quer ver o seu nome inscrito no index fatídico do pachá do momento.

A verdade precisa ser dita e a história tem de ser escrita como os fatos se passam. Eu me dispús a tal e, por isso, neste trabalho uso de toda a franqueza.

* * *

O primeiro governador do Ceará, no regime republicano, o general José Clarindo de Queiroz, dizia em sua mensagem à Assembléa Legislativa, em 1891: «De dez anos a esta parte, a instrucão primária, merecendo o mais acurado desvelo dos poderes públi-

cos e *pesando progressivamente* sobre a massa contribuinte, está, entretanto, *mais retraida* do que dantes, como se verifica pelo simples confronto das estatísticas de frequência nas escolas deste ano e o de 1881.»

Efetivamente, a frequência em 1881 acusava 9.278 alunos distribuidos em 209 escolas, e em 1891 registava 10.338 alunos distribuidos por 261 escolas, ou seja um aumento, apenas, de 6, 4% no periodo de *dez anos*.

O presidente cel. José Freire Bezerril Fontenele, que sucedeu ao general José Clarindo, escreveu, em 1893, em sua mensagem dirigida ao poder legislativo estadual que «a reforma da instrução pública é problema atualmente *quasi insoluvel*, atendendo ao determinado número de *relações egoísticas* a satisfazer».

O presidente Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, em sua mensagem de 1898, dava a conhecer que, «no ensino primário, nota-se uma mais equitativa distribuição de escolas, ao alcance, presentemente, de todos os povoados que não sejam de insignificante número de fogos». Em 1900, proclamava o mesmo presidente que «o ensino primário não tem ficado estacionário; com o aumento de cadeiras, que presentemente se elevam a 335, tem-se assinalado um proporcional aumento de matrículas, que no ano próximo findo atingiram ao total de 12.390, com a frequência de 10.642».

Mas, enquanto dizia isto o Dr. Nogueira Acioli, o ilustrado Dr. Valdemiro Cavalcante, inspetor escolar, assim se pronunciava no seu relatório do ano supra citado: «A impressão recebida foi quasi a mesma em quasi todas as escolas visitadas.

Raras foram as que concorreram para diminuir a *desoladora impressão* do conjuuto. As escolas públicas do Estado *não correspondem ao sacrifício* orçamentário *nem ao seu fim institucional*. Os regulamentos, as leis de ensino, são desconhecidos pela maioria dos professores e pela totalidade dos inspetores escolares, que exercem a função de atestar, *nem sempre com critério*, a frequência de alunos e

a assiduidade do professor na aula, para *o fim de receber este o ordenado do mês.*

Métodos e processos pedagógicos *não existem* para os professores, e a *rotina* triunfante mantem a escola *num atraso de um século, com a férula, a máscara, o piparote e outros castigos aviltantes*, que a lei do ensino aboliu há mais de 20 anos.

E contrista ver professores diplomados pela Escola Normal seguirem esse mesmo rumo, esquecendo os ensinamentos que receberam, pela *comodidade* que oferece o processo *taboada cantada* e a aplicação do *método papagaio*, em todas as disciplinas.

Mesmo aquí na capital, onde não alcançaram minhas vistas, *sei* que, em diversas escolas, os *métodos e processos são* os mesmos.»

Substituindo o Dr. Nogueira Acioli na presidência do Estado, o Dr. Pedro Borges nada fez. Favoreceu, é verdade, os cofres públicos *suprimindo* NOVENTA cadeiras, porque elas se achavam localizadas, pelo *favoritismo político*, em *sítios*, *fazendas* e outros lugares, para o fim exclusivo de *dar emprego* às protegidas de chefes políticos. Fez bem. Muitas das cadeiras suprimidas foram anteriormente transferidas do interior para as *ruas mais centrais da capital* e eram batizadas com o nome de *cadeiras de arraial*, para servir de emprego a filhas de políticos em evidência.

Estes fatos são conhecidíssimos, em todo o Estado

Voltando novamente à presidência, em substituição ao Dr. Pedro Borges, o Dr. Nogueira Acioli continuou a fazer literatura em suas mensagens, sobre a instrução pública, sem contudo tomar as medidas necessárias ao seu desenvolvimento, e a capital passou novamente a possuir *cadeiras de arraial.*

Em 1912 assumiu a presidência do Estado o coronel Marcos Franco Rabelo ; eis alguns trechos de sua mensagem de 1913, referentes ao assunto: «Urge uma remodelação completa no serviço de instrução. O que existe é de uma *imperfeição* lamentavel. Espero oferecer à consideração dessa Assembléia um projeto de reforma, que consulte as principais exigências do ensino público, e nessa ocasião exporei

detalhadamente o estado de *desorganização* a que ele chegou. Por ora vos direi apenas que o Estado não tem cumprido *seriamente* o seu dever de disseminar a instrução. Há um corpo numeroso de professoras, espalhadas pelo Estado, *cumprindo o seu dever como bem entendem, mas o governo ignora, em verdade, o que elas ensinam.* O problema do ensino primário é dificil em toda parte.

O encargo de dar instrução a todos os cidadãos é o mais *oneroso, e o mais complicado de quantos pesam sobre o Estado.*

Penso que em nenhuma parte do mundo ele está plenamente resolvido, *mas no Ceará* nunca se procurou dar-lhe uma solução sensata e racional.

Desde que assumí o governo, *não fiz uma só nomeação de professora efetiva,* esperando dar uma organização definitiva à instrução primária.

É tambem de grande importância a parte material do serviço. A escola precisa ser instalada convenientemente, em prédio dotado de condições especiais de luz, arejamento, higiene, etc. Deve possuir mobiliário e utensílios indispensaveis ao seu bom funcionamento.

Há pouco encomendei nos Estados-Unidos mil e trezentas carteiras, tipo moderno, que devem chegar brevemente. Isso não é nada. Pode-se calcular em dez a doze mil as crianças que frequentam as escolas públicas (e é uma fração lastimavel); o Estado não possue mobiliário conveniente para a quarta parte.»

Deposto pelo governo federal, em 1914, o presidente Franco Rabelo não pode executar o seu plano de reforma da instrução pública.

Ocupando a presidência do Estado, em substituição ao deposto, o coronel Benjamim Liberato Barroso nada fez tambem em benefício do ensino. É de sua mensagem à Assembléia Legislativa o seguinte trecho: «As escolas primárias são evidentemente insuficientes para a população infantil escolar de todo o Estado. As existentes apresentam matricula elevada e frequência desanimadora, talvez à falta de *in-*

centivos por parte dos professores e inspetores escolares. Mandei proceder a uma inspeção especial, que só pode ter lugar, até agora, nas escolas primárias que funcionam nas proximidades da ferrovia de Baturité. Poucas são as escolas que funcionam em prédios apropriados. O mobiliário escolar é escaço, impróprio e muitas vezes inconveniente.

Com uma população superior a um milhão de habitantes, o Estado dispõe atualmente de 403 escolas, quando, pela necessidade do ensino, devia possuir cerca de 4.000 para instruirem 200.000 crianças, aproximadamente, de idade escolar.

Nas escolas primárias nota-se geralmente uma matrícula elevada de par com uma frequência baixa. Suponho ser originário da falta de inspeção regular, que force a professora e o colegial a terem dedicação ao ensino. Nos grupos escolares (capital), a frequência é normal com relação à matrícula. Por tais motivos resolví aumentar o número de grupos escolares nesta capital com a criação de mais dois.

Penso que o governo deve ser dotado de fundos para a construção pelo menos de um prédio anualmente nesta capital, disposto no centro da cidade, onde a população for mais densa, destinado a grupo escolar. É *certo* que há professores que *moram no prédio onde dão aulas* e estas tem lugar *nos corredores* ou na *alpendrada das casas.*

Os fiscais do governo, que são os inspetores escolares, muitas vezes contribuem para isso, outras fecham os olhos, *fingem* que ignoram os inconvenientes desse proceder e assim a professora *muda de prédio quando entende, aloja as crianças como lhe convem.*

A ignorância do povo é notavel e desperta a atenção dos que viajam pelo interior, como já o fiz, e dos que observam as massas humanas que se deslocam nas secas. E tudo isto se explica pela exiguidade das escolas. Estas representam de 10 a 15 % do número que devia ser; a matrícula é de 15% do total da população infantil, de idade escolar, e a frequência é pouco acima de 10% desse número, o que corresponde a 66% da matrícula.»

Substituiu o Cel. Benjamim Barroso, na presidência do Estado, o Dr. João Tomé de Sabóia e Silva, em cujo governo o ensino primário mereceu esmerado cuidado: assim é que este ilustre cearense, já na sua primeira mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 1.º de julho de 1916, se pronunciava sobre o momentoso problema: «Este assunto, que não pode deixar de preocupar a atenção de todos os governos, tem merecido de minha parte especial cuidado e desvelo, constituindo objeto principal de minhas cogitações, pela indiscutivel influência que exerce nos costumes e progresso da população. Sem a instrução primária bem fomentada, não é possivel conceber-se adiantamento; de sorte que, onde é ela mais disseminada, mais apto é o povo à compreensão de seus deveres, ao desenvolvimento da sua riqueza.

De uma reforma se ressente, por certo, a instrução primária, da qual um dos pontos principais é o que diz respeito a nomeação de professores primários, base sobre a qual assenta o ensino público.»

Após o que, o referido presidente apontava algumas medidas que julgava capazes de melhorar a instrução.

Na mensagem do ano seguinte, o Dr. João Tomé dizia: «Não se modificaram as idéias que expendí na minha última mensagem, sobre essa face do problema social, que deve ser a preocupação principal de todos os governos.

A reforma de que, entre nós, o atual sistema carece, ainda não foi feita e nem poderia sê-lo, em condições de bem preencher os seus fins. Se estados mais adiantados e dispondo de abundantes recursos orçamentários não puderam ainda resolver o momentoso problema, dando-lhe definitiva feição, não será de estranhar que o Ceará, mal provido de recursos, permaneça estacionário no caminho que àqueles tem ,trilhado com êxito evidentemente duvidoso.

Não há muito, na última modificação por que passou o ensino público no *estado de São-Paulo*, vimo-lo voltar ao sistema em uso entre nós, e que havia sido abandonado, da classificação das escolas em ca-

tegorias descendentes e nas quais a extensão dos estudos era variavel, conforme a categoria a que pertencessem.»

Em seguida a estes trechos, o Presidente do Ceará apontava providências, entre elas a instalação de uma inspetoria de instrução, que tratasse diretamente do ensino, medida esta adotada pelo poder legislativo, e cujos resultados proclamava S. Excia. em sua mensagem de 1.º de julho de 1919 nos termos infra: «Quasi nada tenho a acrescentar ao que já vos expendí em minha última mensagem: folgo, entretanto, de constatar que as condições atuais do ensino primário apresentam sensiveis melhoras sobre as que se verificaram há dois anos atrás.»

Na última mensagem de seu brilhante período presidencial, o honrado cearense falava assim: «Na primeira mensagem que, em 1917, tive a honra de vos apresentar, na instalação dos trabalhos de vossa reunião ordinária, expús a esta Assembléia meu pensamsnto sobre a *reforma de que ainda julgo ressentir-se* a instrução primária no Ceará. Nos anos subsequentes, aludindo àquelas necessidades, limitei-me a deplorar perante vós, qual igualmente agora o faço, que a nossa sempre angustiosa situação financeira não nos tenha permitido ainda realizar os melhoramentos indispensaveis à difusão, que deve ser pródiga, pelos poderes públicos, do ensino elementar.

Nunca, entretanto, é ocioso *insistir* no dever do estado em promover o desenvolvimento intelectual. Ao estado não compete só o cuidado assíduo do progresso meramente material. O problema do ensino público é dos que mais devem ocupar a atenção dos governantes interessados no preparo das fortes bases da futura grandeza da pátria.

. . . . . .

Nem por isso, porem, nos é lícito o desânimo; antes, com esforço dobrado, devemos pugnar pela paciente consecução, em futuro mais distante, daquilo que prontamente não podemos alcançar.»

Pelas palavras que acabamos de transcrever, vemos que não foi possivel ao presidente João Tomé efetuar uma reforma radical da instrução primária,

como era de seu desejo, o que veio a caber ao illustre presidente Justiniano de Serpa, seu sucessor, no segundo ano de seu governo, em 1922, quando *excelentes* eram as condições financeiras do Estado e *prometedoras* as condições econômicas.

Antes de fazer o histórico da reforma do ensino levada a efeito pelo presidente Serpa, passo a transcrever as linhas que, sob o título de LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO PRIMARIO NO CEARA', dirigí a S. Excia., em data de 19 de setembro de 1920.

«Há dias oiço falar que V. Excia., olhando com extremado carinho para o ensino público, projeta reformar a instrução primária, que, diga-se a verdade, se acha, entre nós, *mui cuidadosamente desorganizada*.

Julgando conhecer alguns motívos determinantes desta desorganização, lembrei-me de lhe dirigir as presentes considerações, que talvez possam ser de utilidade ao plano que V. Excia. pretende traçar.

INSTRUÇÃO NO INTERIOR

Possue o Estado, espalhadas *atoamente* pelas cidades, vilas, povoações, arraiais e até em *sítios* e *fazendas*, 477 cadeiras, que quasi nenhum serviço prestam. Esta minha afirmativa é baseada em dados verdadeiros, que me vem anualmente às mãos, pelo meu ofício de diretor de estatística do Estado. E, para que V. Excia. tenha a certeza de que o nosso ensino primário é uma quimera, uma utopia, um disperdício de dinheiro, passo a fornecer os informes abaixo, relativamente aos anos escolares de 1916, 1917, 1918 e 1919.

Ano de 1916

Neste ano, o numero de escolas existentes no interior era de 358, assim divididas: 81 de segunda categoria (cidades), 88 de terceira categoria (villas), 189 de quarta categoria (povoações e arraiais). Estas escolas, que deviam apresentar o número de 21.480

alunos matriculados, ou seja a frequência média de 14.320 alunos, apresentaram um resultado vergonhoso.

Da estatística que organizei sobre o movimento escolar, verifiquei que, das 358 escolas, *apenas funcionaram* 196, e isto de modo irregular, dando o seguinte resultado:

Alunos matriculados	7.844
Frequência média	4.451
Média de frequência por essola .	22,4

Ano de 1917

Neste ano, o número de escolas subiu de 358 para 391, e foram loealizadas assim: 82 de segunda categoria (cidades) 86 de terceira categoria (vilas) e 223 de quarta categoria (povoações e arraiais). A matricula dessas casas de instrução deveria ser de 23.460 alunos e a frequência média de 14.892; no entanto, o efeito foi o que se segue: das 391 escolas, funcionaram unicamente 242, cuja estatística é:

Alunos matriculados	14.991
Frequência média	5.999
Média da frequência por escola .	34,5

Ano de 1918

O número de escolas se elevou a 423, distribuidas do modo seguinte: 89 de segunda categoria (cidades), 84 de terceira categoria (vilas) e 250 de quarta categoria (povoações e árraiais). O número de alunos, que deveria ser computado em 25.380, com frequência média de 16 920, attingiu, com o irregular funcionamento de 313 escolas, ao resultado infra:

Alunos matriculados	15.293
Frequência média	10.824
Média de frequência por escola	34,5

Ano de 1919

Foram criadas novas cadeiras, chegando o número delas a 477, assim espalhadas: 90 de segunda categoria (cidades) 88 de terceira categoria (vilas)

e 299 de quarta categoria (povoações e arraiais). A matrícula deveria apresentar o número de 28.620 e a frequência média de 19.080 alunos. Mas tal não aconteceu, das 477 escolas funcionaram somente 314, que deram o resultado abaixo:

Alunos matriculados	13.105
Frequência média	8.909
Média de frequência por escola .	28,8

Pelo exposto verá V. Excia. que o resultado não compensa absolutamente o sacrilício do Estado, dispendendo anualmente não pequena soma de dinheiro com a instrução primária. E não se diga que o insucesso do ensino primário é só no interior; tambem na capital, os resultados não são satisfatórios. Provemos a nossa asserção.

INSTRUÇÃO NA CAPITAL

Ano de 1916

Funcionaram na capital 65 escolas; o número de mátriculas, que devia atingir a 3.900 alunos, foi de 2.879, e a frequência média, cujo resultado deveria ser de 2.600 alunos, foi apenas de 1.807. Funcionaram igualmente 4 grupos escolares, contando cada um 5 classes e acusando uma matrícula de 514 alunos, quando deveria ser de 1.200, e frequência média de 372 alunos, em vez de 800.

Ano de 1917

Funcionaram 64 escolas com a matrícula de 3.330 alunos, quando devia ser de 3.786, e a frequência média de 1.858, quando deveria alcançar 2.520. Funcionaram ainda 4 grupos escolares, com 5 classes cada um; a matrícula geral foi de 794 alunos, quando deveria ser de 1.200 e a frequência chegou apenas a 451, em vez de 800.

Ano de 1918

Funcionaram 65 escolas, acusando uma matrícula de 3.277 meninos, quando deveria ser de 3.900;

a frequência média, que deveria ser de 2.600 alunos, chegou apenas a 1.915. Os grupos escolares, em número de 4, funcionaram com a matrícula de 654 alunos, quando o funcionamento normal deveria ser de 1.200 alunos; a frequência média foi de 475, quando deveria ser de 800.

Ano de 1919

Funcionaram 52 escolas, com 2.211 matrículas, em vez de 3.120; frequência média de 1.169 meninos, em vez de 2.020. *Seis* grupos funcionaram, com uma matrícula geral de 1.236, em vez de 1.800 alunos, e com uma frequência media de 827, em lugar de 1.200.

Causas determinantes do insucesso da Instrução Primária

a) O nenhum preparo pedagógico do professorado.

b) O abandono, por parte do governo, do princípio de merecimento das professoras, que, umas, bem ou regularmente desempenham as suas funções, enquanto outras, sem valor ou gosto pelo ensino, é que são promovidas e alcançam melhores posições no magistério, só por empenhos políticos.

c) A falta de obrigatoriedade do ensino.

d) A falta de higiene escolar.

e) As constantes concessões de licença.

f) As remoções.

g) A falta de inspeção escolar, entregue, na sua quasi totalidade, a indivíduos quasi analfabetos e indolentes.

h) A péssima localização das escolas, instaladas, a pedido de políticos, em local de pequena população escolar.

Destas causas que acabo de enumerar, saliento a má inspeção escolar e as continuadas licenças concedidas às professoras, dando em rezultado a substituição delas, temporariamente, feita por pessoa

escolhida pelo inspetor analfabeto, que nomeia qualquer uma, às vezes mal sabendo ferrar o nome.

A mais importante causa é, porem, a localização escolar, para cujo critério o obedecido era sempre o pedido político. Por isso, ouso dizer-lhe, na remodelação do nosso ensino primário, lance as suas vistas para a nomeação dos inspetores escolares, evite as concessões de licença e faça *obedecer ao critério da densidade da população escolar*, para a localização de cada escola; assim, V. Excia. terá o sumo prazer de dizer que reformou por completo a instrução primária do Ceará.

Mas para que V. Excia. possa colher bons resultados na reforma, é indispensavel mandar proceder ao *recenseamento da população escolar*, o que não será dificil, desde que este serviço tenha a direção geral de pessoa entendida do assunto, um técnico.»

A reforma Serpa

O presidente Justiniano de Serpa resolveu entregar a reforma do ensino a um técnico de conhecimentos verdadeiros e não a um técnico de fancaria. Para tal, S. Excia. pediu ao então presidente do estado de S.-Paulo, o Dr. Washington Luiz, uma pessoa no caso, resultando a vinda para o Ceará do ilustre professor Bergström Lourenço Filho, no momento catedrático de pedagogia da Escola Normal de Piracicaba.

O Ceará, que várias vezes tem sido logrado em outros empreendimentes entregues a gente de fora, foi daquela feita um felizardo; o professor Lourenço Filho era o homem de que ele necessitava. Tornava-se, porem, mister que lhe fossem assegurados todos os poderes de ação e afastados os *impecilhos da estreita política partidária*, que em tudo quer entrar.

O Dr. Justiniano de Serpa, alem de dar ao professor paulista *carta branca*, não lhe negou apoio a todos os seus atos e nem lhe sovinou recursos pecuniários.

O plano de reorganização

O plano de organização do professor Lourenço Filho estabeleceu : a) *REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NORMAL,* considerada pelo pedagógo o *núcleo de toda reforma.* O seu objetivo era «*corrigir a orientação literária ou formalística do programa que, composto mais de ciências abstratas ou descritivas, orna o espírito, mas não o forma.*»

Foram criadas as cadeiras de Fisica e Química, a de Anatomia e Fisiológia Humanas e Higiene, a de Prática Pedagógica, restauradas as aulas de Música, Ginástica, e suprimidas as cadeiras de Inglês e de Literatura. Foi criado tambem um curso complementar de dois anos, a fim de que o *curso normal* pudesse atingir o seu fim e ter o necessário desenvolvimento.

«O novo professor de Pedagogia e Didática, com o seu simples exemplo sugestionador e o auxílio sempre inteligente e valioso do diretor do estabelecimento, Dr. João Hipólito de Azevedo, reagiu firmemente contra o *psitacismo* que reinava em quasi todas as cadeiras, inaugurando as práticas escolares, que se fundam nas leis de Psicologia, segundo as quais o aluno é um ser ativo que se educa, reagindo ao contacto do meio ambiente.»

O professor é apenas um intermediário, o seu papel é o de estreitar e multiplicar as relações do indivíduo com o meio, aproveitando as circunstâncias artificiais, de que o aluno se terá de sair, agindo e raciocinando, associando e abstraindo, organizando, enfim a sua própria mentalidade. E, tudo isso, não era apenas dito, era demonstrado experimentalmente, a propósito de todas as disciplinas, na Escola Modelo, estabelecimento destinado a marcar na história do ensino do Ceará, segundo afirmou, em mensagem ao poder legislativo, o Presidente do Estado.

«As lições do professor Lourenço Fílho apaixonaram os espíritos. Assistiam-nas, diariamente, assim os alunos da Escola Normal, como professores públicos e particulares, inspetores escolares, deputados, advogados, médicos, jornalistas. O próprio Presiden-

te do Estado, talvez o mais entusiasta, costumava distinguir as aulas com a sua presença. O recinto já tinha o aspecto de um salão de conferências ou, melhor, de um cenáculo, porque nunca as aulas eram puramente expositivas, mas animadas das mais interessantes discussões. Foi preciso estabelecer um *curso especial*, alem do da Escola, onde se ouviram aulas memoraveis, que muito elevaram o nivel intelectual do professorado, ao mesmo tempo que lhe acendiam no espirito o amor pelas belas coisas da educação.»

Começou, pois, a reforma *por uma reforma de idéias*.

Instalação da Diretoria de Instrução

A Inspetoria de Instrução, que se achava acéfala e desorganizada, sem pessoal, sem mobiliário e sem edificio, desapareceu para dar lugar à DIRETORIA DE INSTRUÇÃO.

Nomeado, em comissão, diretor da instrução pública, o professor Lourenço Filho, depois de tudo bem instalado, começou o seu trabalho suspendendo, de modo absoluto, todo o serviço de nomeações, remoções e permutas, substituiu a escrita adotada por outra, firmada nos modernos processos de fichas e prontuários, passando então a modelar o serviço básico, uma organização de ensino, o *recenseamento escolar*.

Cadastro Escolar

Foi levantado o cadastro, 1.º) pelo *recenseamento* de todas as crianças, analfabetas ou não, de idade de 6 a 12 anos completos; 2.º) pela inscrição dos auxílios prestados, não só pelas prefeituras, como por particulares, à localização das escolas já instaladas e de outras por instalar; 3.º) pelo inventário do material escolar existente nas sedes dos estabelecimentos de ensino e organização da estatística geral do ensino; 4.º) pela consulta entre os chefes de família, referente ao horário, férias e outras pesquisas locais.

Feito este serviço, cuja realização rápida tomou apenas o tempo de três meses, foi estabelecida a planta cadastral de cada município, na qual foram determinados os núcleos de população escolar, as distâncias ente si e em relação à sede dos municípios, e os algarismos correspondentes a cada núcleo, de modo a se poder fazer a distribuição justa e equitativa das escolas.

Alem disso, foram obtidos gratuitamente, de particulares e das municipalidades, muitos prédios, urbanos e rurais, para escolas isoladas, afora prédios para grupos escolares e escolas reunidas, nas sedes dos nossos municípios.

Inventariou-se todo o material existente nas escolas, organizaram-se estatísticas, e foi possivel determinar, apurando os dados de uma *enquête* entre os chefes de família, quais os horários, programas e férias mais convenientes às diversas regiões do Estado.

Mas o resultado por excelência do cadastro foi o seu prodigioso efeito moral. O professor Lourenço Filho tinha a nítida compreensão de que uma reforma do ensino é *uma reforma de costumes* e que não pode ser feita por um homem só, nem tão pouco somente pelo governo. Era preciso acordar o povo. Assim, antes de iniciar o serviço, fez uma propaganda geral no sentido de interessar todas as forças sociais na realização do cadastro. Obtida a adesão das prefeituras, no Congresso de Prefeitos, realizado em maio de 1922, na Capital, obteve as adesões do Exmo. Snr. Arcebispo de Fortaleza e dos Exmos. Srs. Bispos de Sobral e do Crato, da Inspetoria de Obras Contra as Secas, da Administração dos Correios, da Repartição dos Telégrafos e da Associação Comercial de Ceará, cujos subordinados, em toda parte, receberam ordens de auxiliar os funcionários da Diretoria de Instrução.

Os chefes das seis regiões em que foi dividido o Estado, para os efeitos do cadastro, todos moços e entusiastas, percorrendo os lugares mais distantes, fizeram em todos os recantos do sertão a mais intensa propaganda verbal, despertando nas populações a idéia da obrigação de cuidar do ensino pri-

mário. Os vigários prestaram, tambem, inestimaveis serviços, fazendo do púlpito uma propaganda de grande efeito, dado o imenso prestígio de que mui merecidamente gozam.

A reforma, por isso, pode dizer-se, foi ventilada por todo o público. Durante dias, era o assunto das conversas e discussões em todo o território do Estado, desde as cidades mais adiantadas, até os lugarejos mais obscuros. Se desse edificante movimento de patriotismo não houvessem resultado os extraordinários benefícios materiais do cadastro, os benefícios morais que dele adivieram compensariam todos os esforços e as insignificantes despesas por parte do Estado.

«O cadastro produziu efeitos dinamogênicos. Levantou em toda a parte o nivel do interesse pelo ensino, incorporou à psicologia pública alguma coisa de novo e salutar. Segundo os cálculos do professor Lourenço Filho, *fez, por si, metade da reforma;* elevou rapidamente a matrícula nas escolas, porque muitos pais *tomaram o recenseamento* como *matrícula compulsória.* Acordou as próprias corporações municipais que, aterradas com as cifras de analfabetos que lhes foram postas diante dos olhos, criaram numerosas classes primárias, à sua custa. Foi um vibrante toque de reunir.» (Newton Craveiro).

A prefeitura de Quixadá criou, de uma só vez, 10 escolas; a de Acaraú 5, a de Camucim 5, e diversas outras, várias escolas. Alguns municípios subvencionaram estabelecimentos de ensino particulares.

A Relocalização das Escolas

Só dispúnhamos de uma *escola normal*, que funcionava em Fortaleza, pelo que, quasi todas as professoras do Estado tem família na Capital e não se conformam com trabalhar nos sertões longínquos. Quando muito, trabalhariam com prazer nos municípios vizinhos. Em vista disso, a metade das escolas primárias do Estado foram sempre localizadas nessa pequena faixa do território cearense; conforme o que disse mais longe, houve uma época em que essa tendência de centralização, imposta pelo *favoritismo*

político, havia tomado proporções assustadoras. Repito: *escolas de sertão, entre as quais algumas muito bem localizadas, funcionando de longa data em núcleos muito povoados, eram transferidas para a Capital, para supostos arraiais.* O *urbanismo* assumia uma feição nova. Depois de deslocar os homens dos campos, a própria escola ele a deslocava.

Não era tarefa facil resolver a crise que perturbava o ensino no Estado, por isto que a sua solução ia contrariar interesses pessoais. Mas o reformador da instrução, contando com o apoio decidido do Presidente do Estado, enfrentou decididamente o assunto, dividindo o Estado em 4 entrâncias de ensino, dificultando o acesso, a 1.ª, na capital, para onde convergia o *afilhadismo político*, cujo acesso passou a ser feito mediante concurso real de provas, na Escola Normal; a 2.ª entrância, nos municípios próximos à capital, para cujo acesso foi exigido concurso de notas de diploma. Estava cortado o nó górdio. Fez-se uma nova relocalização das escolas, sendo em muitas delas reconduzidas as professoras respectivas.

O agrupamento das escolas constituiu mais um passo de grande alcance. Antes da reforma, possuíamos 10 grupos escolares na Capital e dois apenas no interior. Nenhumas escolas reunidas, tipo cömodo e barato de grupo escolar. Foram, porem, instalados mais 8 grupos em diversas cidades do interior e diversas escolas reunidas, para cujo funcionamento o Governo adquiriu, em São-Paulo, uma grande quantidade de material escolar, pedagógico.

Introdução das novas Práticas Escolares

A Escola Modelo, anexa à Escola Normal, fundada e dirigida pessoalmente pelo professor Lourenço Filho, teve as funções de padrão da nova escola primária do Estado. Instalada com mobiliário adequado e orientado pelo conceituado pedagogista, em pouco tempo se tornau semelhante a um dos grandes grupos escolares de São-Paulo. Nela surgiram inicialmente as novas práticas escolares,— leitura analítica, cálculo concreto, ensino simultâneo da lei-

tura e da escrita, desenho do natural, o *slojd*, a cartografia, a ginástica sueca, etc., — que se irradiaram por todos os grupos escolares da Capital e do interior, como o clarão de uma nova éra.

A Escola Modelo tornou-se uma espécie de Mésa santa, para onde, em romaria, convergiam normalistas, professores e professoras, quer públicos, quer particulares, alem de chefes de família, jornalista e curiosos, a fim de asistir às aulas. Tal fato durou tempo consideravel.

Curso de Férias

Muita coisa estava ainda por fazer, visto como a *reforma técnica* ministrada pela Escola Modelo se restringia à Capital e aos municípios próximos. Teve o professor Lourenço Filho a feliz idéia de, aproveitando o período das férias do fim do ano, instituir o curso a que denominou, com muita propriedade, *Curso de Férias*, destinado aos professores do interior. Foi um sucesso. Concedida uma pequena ajuda de custo, os professores acorreram à Capital e, dentro de poucos dias, a matrícula do curso se elevava ao espantoso número de *trezentos e sessenta e dois*. E como grande era a concorrência, o curso de férias passou a funcionar no Teatro José de Alencar, que, transformando-se em aula, recebeu durante mais de uma quinzena os professores que, pressurosos, vieram dos recantos mais longínquos do Estado respirar o oxigênio das novas idéias.

Dentro em pouco, as lições do professor Lourenço Filho passaram a ser entremeadas de palestras realizadas por vários de seus discípulos, que assim demonstravam que os ensinamentos do mestre não caíam em terrenos estereis. Seguiu-se tambem um ensino coadjuvante, proporcionado por uma série de palestras sobre higiene prática, a cargo de médicos especialistas, ensinamentos que enriqueceram com muito conhecimento o cabedal do professorado cearense.

Construção de Prédios Escolares

Os prédios escolares existentes do Ceará eram um verdadeiro atentado, não só às boas regras pe-

dagógicas, mas, principalmente, à hígiene e à civilização. Apenas na Capital se destacava o prédio da Escola Normal, que, construido em 1884, se ressentia de graves defeitos e que, melhor adaptado, muito bem serviria a um grupo escolar, porem nunca a uma escola normal. O Diretor da Instrução fez ver tal fato ao governo, que concordou fosse construido imediatamente um prédio moderno, com todas as regras da higiene escolar, para o funcionamento da Escola, e adaptado, prédio, para servir de grupo escolar.

Iniciada a construção pelo presidente Justiniano de Serpa, foi concluida e inaugurada pelo presidente Ildefonso Albano (em 1923), que, continuando a prestigiar o professor Lourenço Filho, fez construir, e inaugurou na Capital, mais 3 bonitos edifícios, grupos do Benfica, Fernandes-Vieira e do Visconde do Rio-Branco.

E não era só a Capital que cuidava de seus edifícios escolares: vários municípios do interior, entre os quais Quixadá, Crateús, Lavras, Cascavel e Iguatú, edificaram prédios para escolas reunidas, os quais obedeciam às plantas fornecídas e aprovadas pelo incansavel reformador da instrução no Ceará.

O Sr. Lourenço Filho *chegou, viu e venceu*, graças aos seus esforços e perseverança; a reforma logrou excelentes frutos, e seus efeitos logo se fizeram sentir.

Período de Atonia

Infelizmente, o ilustre pedagogo, em meado do ano de 1924, deixou a direção da instrução pública, por ter necessidade de voltar para o seu estado, sendo nomeado para suceder-lhe o Sr. Antônio Sales Campos; isto, no governo do desembargador José Moreira da Rocha, no qual a instrução caiu em situação precária, como vamos prová-lo.

«Organizar a educação é para o mundo hodierno o problema central em torno do qual gravitam os demais, nos paises de vida regulada pelos interesses sociais mais relevantes.

Sem dúvida, entre os padrões da atividade educadora, cabe destacada posição ao ensino primário.

Em plena fase de supremacia dos ideais de igualdade entre os homens, é insofismavel que devemos realizar a escola primária perfeita, onde os mais ricos, juntamente com os pobres, vão receber o mesmo pensamento redentor, os mesmos princípios, os mesmos conhecimentos semeados pela instrução.

Entre os estados da Federação que mais se esforçam pela disseminação do ensino primário, deve ser colocado, com a devida justiça, o nosso, com a afirmação, porem, de que ainda estamos longe da perfeição, em matéria de tamanha relevância.

Na minha administração, o problema do ensino avultou como um dos problemas centrais. *Não poupei esforços para o funcionamento regular e a máxima produção das escolas.*»

Os belos períodos acima foram da última mensagem do presidente José Moreira da Rocha. O último deles, porem, que assinalei com grifos, não é verdadeiro ou, melhor, não exprime a realidade dos fatos. Não pode dizer que *não poupou esforços para o funcionamento regular das escolas* quem sovinou, durante quatro anos, moveis e utensílios, de cuja falta se ressentia a maioria de nossas escolas. e chegando, mesmo, a suspender o pedido desses materiais, feito pelo seu honrado antecessor, presidente Ildefonso Albano. Tambem não pode dizer *que não poupou esforços para a máxima produção das escolas* quem, durante uma gestão de 4 anos, fez baixar o índice de frequência escolar.

E não é só; ainda afirmou o desembargador José Moreira que o ensino primário «realiza gradualmente a sua evolução no Ceará», o que era mais uma falsidade, facil aliás de se provar.

A evolução do ensino se vinha realizando, desde a presidência Justiniano de Serpa e Ildefonso Albano, porem encontrou fortes impecilhos na administração do desembargador José Moreira e involuiu, retrogadou.

Provarei a minha assertiva servindo-me, dentre outros testemunhos, dos *dados das próprias mensagens* do referido presidente.

Vejamos em que condições se achava o ensino primário 4 anos antes da reforma Justiniano de Serpa.

ENSINO NOS ANOS 1918 — 1921

ANOS	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULA GERAL	FREQUÊNCIA MÉDIA	PER. DE FREQ. SOBRE A MAT.	FREQ. POR ESTABELECIMENTO
1918	378	19.224	13.393	29,6	35
1919	361	16.558	10.905	65,8	30
1920	446	20.676	11.634	54,0	26
1921	452	19.360	12.449	64,4	27

Examinemos a seguir a evolução do ensino, operada pela reforma.

ENSINO NOS ANOS 1922 — 1924

ANOS	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULA GERAL	FREQUÊNCIA MÉDIA	PER. DE FREQ. SOBRE A MAT.	FREQ. POR ESTABELECIMENTO
1922	452	28.686	17.987	62,7	39
1923	474	32.687	23.887	66,9	50
1924	472	27.655	21.006	75,9	44

Corramos agora a vista sobre o movimento do ensino no governo do desembargador José Moreira:

ENSINO NOS ANOS 1925 — 1927

ANOS	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULA GERAL	FREQUÊNCIA MÉDIA	PER. DE FREQ. SOBRE A MAT.	FREQ. POR ESTABELECIMENTO
1925	410	29.230	16.703	57,1	40
1926	372	28.342	16.252	57,3	43
1927	410	29.351	17.271	58,8	42

Cotejando as três fases do ensino, acima apontadas, observamos:

1.º — queda do número de estabelecimentos que funcionavam;

2.º — que o ensino primário, antes da reforma, isto é, nos quatro anos de 1918, 1919, 1920 e 1921, apresentava uma percentagem de frequência, respectivamente, de 69,6; 65,8; 54,0 e 64;4;

3.º—que, a partir da reforma, quando a direção se achava nas mãos do professor Lourenco Filho, o ensino evolucionou, apresentando em 1922, 1923 e 1924, respectivamente, as percentagens de frequência de 62,7 %, 66,9 % e 75,9 %;

4.º—que, quando a instrução passou a outra direção, o ensino retrogradou, sem justa causa, baixando a pecentagens inferiores àquelas verificadas no ensino, antes da benéfica reforma, isto é, a 57,1 %, 57,3 % e 58,8 %.

No entanto, o presidente José Moreira da Rocha, demonstrando a sua falta de conhecimento, declarava na aludida mensagem, com muita ufania, enfileirando números: «Os algarismos que se seguem mostram a *marcha ascendente, da* MATRÍCULA nos estabelelimentos de ensino primário do Estado, nos ÚLTIMOS TRES ANOS.»

Ignorava o presidente que, no *ensino primário,* a matricula é coisa secundária, sem valor probante. Todos os grandes mestres, os competentes, os que entendem do assunto, proclamam que a *frequência é que é tudo.*

Poderia fazer inúmeras citações referentes ao caso, mas limito-me a esta: «A matricula *é o acidental, o efêmero, o instantâneo, a expressão de uma formalidade* ILUSÓRIA, a frequência *é a duração, a continuidade, a perseverança, a expressão significativa duma* REALIDADE *séria e difícil.*» (11)

Reflorescimento

Em 1928, assumiu a presidência do Estado o ilustrado Dr. José Carlos de Matos Peixoto, que, desejando melhorar o ensino primário, nomeou para o cargo de diretor geral da instrução pública o Dr. Joaquim Moreira de Sousa, que desde logo mostrou a sua capacidade proveitosa, com o remodelamento que fez nos métodos de ensino, seguindo a orientação pedagógica do professor Lourenço Filho, com o

(11) Rui Barbosa—«Reforma do ensino».

que muito lucrou a instrução primária, cujo *índice de aproveitamento subiu novamente.*

Eis os dados do movimento do ensino durante a gestão do Dr. Moreira de Sousa :

ENSINO NOS ANOS 1928 — 1930

ANOS	ESTABELECIMENTOS	MATRÍCULA GERAL	FREQUÊNCIA MÉDIA	PERC. DE FREQ. SOBRE A MAT.	FREQ. POR ESTABELECIMENTO
1928	414	30.752	18.533	60.2	44
1929	434	31.421	19.332	64,7	44
1930	499	48.024	31.784	66,1	63

Com a vitória da revolução de 1930, que depôz do poder o presidente da República, Dr. Washington Luiz Pereira de Sousa, deixou a presidência do Estado o Dr. Matos Peixoto, sendo o Dr. Moreira de Sousa demitido do cargo de diretor da instrução pública.

Período Áureo

Em data de 22 de setembro de 1931, tendo assumido o cargo de interventor federal, o major Roberto Carneiro de Mendonça nomeou para dirigir a instrução pública do Estado o Dr. Joaquim Moreira de Sousa, que por isso pode prosseguir o plano que estabelecera no governo anterior.

Notou o interventor Carneiro de Mendonça, pela exposição que lhe fizera o diretor da instrução, que o ensino primário, para a sua unificação integral, devia obedecer a uma orientação sistemática, pedagógica e administrativa, da Diretoria Geral da Instrução, que ainda não fora adotada no Estado, pois as municipalidades mantinham escolas que, de regra, não satisfaziam as exígências do ensino e eram providas, muitas, por professores sem preparo técnico e sem tirocínio.

Para tal fim, baixou a Interventoria o decreto-lei n. 343, de 31 de dezembro de 1931, que transferiu para o Estado todas as escolas municipais, que desde então passaram a ser providas por professo-

ras diplomadas, na forma do regulamento e das mais leis em vigor. Para auxiliar o custeio desses serviços, sendo consideravelmente aumentados os municípios, de conformidade com o art. 22 do decreto federal n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, ficaram eles obrigados a concorrer com 10% de sua renda, importância que passou a ser recolhida aos cofres do Estado.

Tais medidas concorreram para a unificação do ensino primário e impediram que as municipalidades continuasem a se desinteressar por assunto tão palpitante. (Relatório Carneiro de Mendonça)

O provimento das Escolas

Com o são intuito de dar novas regras ao provimento das escolas, o interventor Carneiro de Mendonça baixou o decreto-lei n, 1.036, de 1.° de junho de 1932, dividindo o Estado em quatro entrâncias de ensino: 1.ª) mnnicípio da capital; 2.ª) perímetro urbano das cidades e vilas; 3.ª) todas as regiões que, fora das zonas urbanas das cidades e vilas, estivessem distantes da capital 120 quilômetros aproximadamente; 4.ª) os lugares não incluidos nas demais entrâncias.

O provimento das cadeiras passou a ser feito do modo seguinte: *cadeiras de 1.ª entrância*, por corcurso, a que podiam concorrer todos os diplomados pela Escola Normal Pedro II e colégios a ela equiparados; *cadeiras de 2.ª entrância*, por acesso, sendo preferidos os professores que tivessem mais tempo de serviço na entrância anterior; *cadeiras de 3.ª e 4.° entrâncias*, por livre nomeação do geverno.

Ficou tambem estabelecido que nenhum professor seria nomeado para grupo escolar, sem o estágio mínimo de um ano em escolas isoladas ou reunidas.

Com as criteriosas medidas acima mencionadas, pode o Estado, em pouco tempo, dotar os estabelecimentos de ensino com um pessoal habil e especializado no mister de ensinar, evitando que a nobre profissão de ensinar fosse oficialmente professada por quem não tivesse os requisitos necessários.

Fiscalização do Ensino

O cargo de inspetor escolar, que era, até então, provido por livre escolha do governo, passou a ser provido por concurso, visto como o cargo de inspetor regional do ensino, por sua própria natureza, requere habilitações especializadas, que somente podem ser apuradas mediante o processo de concurso, meio que, não obstante as suas falhas, tem a vantagem de afastar os incompetentes e anular a influência do favor pessoal e político.

Distribuição e criação de Escolas

Durante o período administrativo do interventor Carneiro de Mendonça, foram criados os seguintes estabelecimentos escolares: *um* grupo escolar na capital, *seis* escolas reunidas no interior e *trezentas-e-sessenta-e-quatro* escolas isoladas, neste número compreendidas *duzentas-e-oitenta-e-cinco* escolas rurais. Referidas escolas foram localizadas nos centros de maior densidade de população escolar.

Material Escolar

Havia no Estado uma verdadeira penúria no tocante ao material escolar.

Embora as finanças do Ceará não fossem prósperas, o Interventor não permaneceu inativo e, no louvavel empenho de dotar os estabelecimentos de ensino, de moveis e dos outros pertences exigidos pelos princípios de pedagogia moderna, foi pouco a pouco transformando as antigas escolas, de maneira a facilitar ao professorado a sua missão educativa. Mil bancos-carteiras foram adquiridos.

Prédios Escolares

Possuindo o Estado poucos prédios escolares, tornava-se pouco lisonjeira a situação do ensino. Contudo, a interventoria procurou conservar e melhorar os já existentes, tendo ainda iniciado a construção de vários outros, no interior do Estado, e a construção do prédio da *Escola Rural do Alagadiço*, nesse subúrbio populoso da Capital.

Estatística Escolar

Como nos demais estados da Federação, a estatística escolar do Ceará necessitava de completa remodelação de métodos, visto como, sem uma perfeita estatística escolar, não se pode aferir o grau de desenvolvimento e de aperfeiçoamento do serviço do ensino.

Nomeando um representante do Estado ao Convênio Inter-Estadual de Estatística Escolar, realizado no Rio-de-Janeiro, em dezembro de 1931, o interventor Carneiro de Mendonça concorreu, poderosamente, para a tarefa gigantesca, empreendida por Teixeira de Freitas, do levantamento de uma perfeita estatística da vida educacional do País.

Pelo decreto-lei n. 462, datado de 7 de janeiro de 1932, o estado do Ceará ratificava a assinatura aposta às bases para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, que o seu representante acertara em convênio com o Ministério da Educação.

A primeira Escola Normal Rural brasileira

Convicto da absoluta necessidade da criação de escolas normris rurais diversificadas na sua organização, de acordo com os principais tipos de zonas, e destinadas à formação do magistério especializado das escolas regionais, como recurso de assegurar-lhes melhor orientação e de fixar o professor ao meio, para maior eficiência de sua ação, o interventor Carneiro de Mendonça fundou a *Escola Normal Rural de Juazeiro,* que, no gênero, foi *o primeiro* estabelecimento criado no BRASIL.

Referido estabelecimento visa de modo todo particular preparar o professorado ruralista, cuja missão educadora se resume nos seguintes itens:

1.º) Inocular no espirito das crianças o amor à terra, mãe carinhosa, sempre pronta a produzir o necessário ao sustento de seus filhos.

2.º) Cambater indiretamente o urbanismo, tendência nefasta que priva os campos de quem os cultiva, engrandecendo despropositadamente as cidades,

com evidente prejuizo do equilíbrio econômico da coletividade.

3.º) Criar na mente das novas gerações que se educam a consciência ruralista, isto é, a convicção exata e segura de que o nosso futuro, o futuro da nossa gente, está na solução dos problemas rurais, única fonte de grandeza e de riqueza da nacionalidade.

Mantida, em parte, pelo *Instituto Educacional de Juazeiro* e, em parte, pelo governo do Estado, a *Escola Normal Rural de Juazeiro* já vem prestando assinalado serviço à instrução do Ceará.

A Cidade da Criança

Visando a completa organização do ensino primário, a Diretoria da Instrução Pública propôs à Interventoria, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, a instalação de um jardim da infância e da CIDADE DA CRIANÇA.

Como documentação do notavel empreendimento, não me furto ao prazer de transcrever, linhas abaixo, o ofício que sobre o asunto o ilustre titular daquela pasta, o desembargador Olívio Dornelas Câmara, dirigiu ao major Carneiro de Mendonça:

> «Visando a completa organização do nosso ensino primário e tendo, sobretudo, em mira dotar a nossa população escolar de meios eficazes para se desenvolver, integralmente, como garantia do nosso futuro econômico e social, venho, com o devido respeito, lembrar a V. Excia. a necessidade de se promover, quanto antes, em nossa capital, a instalação, a titulo de ensaio, de um JARDÍM DA INFANCIA.
>
> É sabido que, à mingua de conhecimentos, não estão as nossas famílias à altura de preparar, convenientemente, sobre bases científicas, aqueles que aos 7 anos ingressam nos cursos primários. Aí muito tempo levam as professoras em trabalho de reajustmento, ao iniciar-se o

aluno na apendizagem das letras, por falta de treino racional do conhecimento que se processa nas classes à primeira infância.

Todos os cuidados de ordem higiênica, pedagógica e social começam, com prejuizo do ensino, aos 7 anos, em vez de, com mais acerto, serem exercitados muito antes, nos bancos do *Jardim da Infância*, onde, incomparavelmente melhor, sob uma atmosfera mais propícia às expansões dos primeiros anos, em contacto mais íntimo com a natureza, na amena vizinhança das plantas e das aguas, tenham os jovens escolares animados instantes de alvoroço, no meio dos quais desenvolvam lépida e risonhamente as energias vitais, refloresçam a alma e se comuniquem de graça e estímulo para futuras ações.

Não será com pesados gastos que esse problema, de magna importância para os destinos do nosso aparelho educativo, se resolverá.

Tento dar uma solução prática e cômoda à questão.

Fortaleza possue, bem no coração da cidade, um logradouro público, que, por suas condições naturais, está reclama a montagem, nos seus recantos, de quatro pavilhões simples e modestos para ensaios de jardim de infância.

Alí há árvores, jardim, agua, canteiros, flores e passarinhos, um ambiente puro, alegre e sadio, muito próprio para a vida de crianças.

É o *Parque da Independência*, que, com pequena despesa, a cargo da Prefeitura, poderia ser transformado, não só num jardim de infância, mas numa aprazivel CIDADE DA CRIANÇA.

A exemplo do que já existe no Rio, São-Paulo e Recife, para não falar em Buenos-Aires e Montividéu, bem poderíamos transformar aquilo numa praça de jogos infantís, para divertimento da nossa petizada.

E com que encanto e justificado entusiasmo não mostraríamos aos que nos viessem visitar, por ocasião da sexta conferência, esse grande empreendimento de carater humanitário, educativo e social—índice acentuado da alta concepção que temos do movimento educacional, empolgante e vitorioso em todos os meios civilizados, onde ele se agita, a estimular o progresso e a semear a felicidade?

Estando a prefeitura municipal no propósito de efetuar obras de melhoramentos no Parque da Independência e estando o governo do Estado, aliás mui louvavelmente, cioso de mostrar que o Ceará marcha em plano superior nos desvelos que toma pela instrução, é aprazado o momento para a instalação do primeiro *jardim da infância* na nossa terra, já muito distinguida pelo que há feito em prol da cultura geral do povo.

Conjuguem-se, portanto, os esforços das duas administrações, e dê-se o Parque transmudado, pitorescamente, em CIDADE DA CRIANÇA, que teremos a mais soberba amostra de nosso bom gosto e de nossa compreensão da relevante causa da educação popular.

Tudo se arranjaria assim:

A prefeitura municipal colocaria portões no Parque, e, melhorando os jardins, faria quatro pavilhões, de pouco custo, nos ângulos, com a indispensavel adaptação sanitária. O Estado daria o material e quatro professoras, com duas serventes.

Nada mais.

Do numerário que está reservado para aquisição de 1.000 bancos-carteiras, segundo os cálculos do Sr. Interventor Federal, tirar-se-ia a importância necessária para 40 mesinhas, 120 cadeiras e o material didático adequado: 6:000$000, no máximo.

Entendo que não se encontraria melhor solução para o problema da criação de nosso almejado jardim da infância, cujo preparo constituiria verdadeira honra para o Ceará, o passo agigantado que, sem grande sacrifício para os cofres públicos daríamos em busca de melhores provisões para o nosso aparelho técnico-educativo, com os quais somente lucros teríamos de usufruir.

Numa capital, como a nossa, duas falhas existem, que já não se justificam: a de uma praça de jogos infantis e a de um jardim de infância, onde se iniciem os nossos garotinhos nas atividades da futura escola primária.

Com o espírito esclarecido do Sr. Interventor Federal, não será difícil, creio, conseguir V. Excia. a realização do desejo que formula a Diretoria da Instrução, sempre animada dos melhores propósitos de bem servir aos inadiaveis interesses da causa que lhe está confiada.»

Recebida a sugestão e porque a diretoria do Clube Iracema já, estivesse em entendimento com a prefeitura municipal para tomar a si a construção da *Cidade da Criança*, mediante favores da edilidade, o Sr. Interventor Federal mandou publicar, no orgão oficial, a proposta da Diretoria da Instrução, a fim de receber novos alvitres por parte de quem se julgasse interessado, para decidir a final quanto à autorização pleiteada pelo poder municipal, depois do indispensavel exame da face jurídica da questão e das demais circunstâncias de ordem administrativa.

Tendo solicitado, pouco depois, demissão do

cargo de interventor, o major Carneiro de Mendonça não pode levar a efeito tão valioso desiderato, não deixando entretanto de consignar, na proposta orçamentária do exercício de 1934, a necessária dotação para o jardim da infância.

Coube ao governador Meneses Pimentel, aproveitando a feliz idéia, construir a *Cidade da Criança* e inaugurar em 1936 o *Jardim da Infância.*

Movimento do Ensino

Está representado pelas cifras abaixo o movimento do ensino primário na admiuistração Carneiro de Mendonça:

ANOS	ESTABELECIMENTOS	PROFESSORES	MATRÍCULA GERAL	FREQUÊNCIA MÉDIA	Perc. da freq. sobre a matrícula	Freq. por estabelecimento
1931	543	892	38.427	24.134	62,8	45
1932	785	1.142	52.490	24.967	47,5	32
1933	788	1.193	55.074	29.588	53,7	38
1934	799	1.207	64.332	34.706	54,1	43

O número dos professores, que até então tivera um máximo de 892, no governo Carneiro de Mendonça subiu a 1.207, ou sejam mais 26 %.

Uma coisa é digna de ser salientada. O major Carneiro de Mendonça assumiu a interventoria do Estado numa época de *grande calamidade climática*, as secas de 1931 a 1933. Tal fato não impediu, entretanto, que o honrado administrador tivesse impulsionado de maneira edificante o serviço de instrução pública, tendo consignado para a instrução primária uma verba alta, de 18, 03 %, numa receita arrecadada que atingiu apenas a 12.695:223$000, e isto sem causar o mais leve prejuizo aos demais serviços administrativos do Estado.

Findo aquí o escorço por mim traçado, da ação administrativa do interventor Carneiro de Mendonça, no que diz respeito à instrução primária do Ceará.

Sem que haja exagero, eu posso proclamar que o período administrativo do interventor Carneiro de

Mendonça foi um *período áureo* para á instrução primária do Ceará.

Honra, pois, lhe seja, bem como ao seu grande secretário de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, o desembargador Olívio Dornelas Câmara, e ao seu auxiliar Dr. Joaquim Moreira de Sousa, fortes esteios dos nossos problemas educativos.

Despesas com a Instrução Primária

ANOS DE 1913 A 1934

ANOS	DESPESAS EFETUADAS	RECEITA ARRECADADA	PERC. SOBRE A RECEITA
1913	797:430$	3.985:173$	20,00 %
1914	804:126$	3.642:783$	22,08 %
1915	804:126$	4.820:822$	16,67 %
1916	549:767$	4.146:838$	13,25 %
1917	770:760$	5.017:543$	15,36 %
1918	773:329$	7.520:976$	10,28 %
1919	925:346$	6 395:351$	14,46 %
1920	797:636$	5.360:563$	14,86 %
1921	1.218:587$	6 273:476$	19,42 %
1922	995:544$	10.039:487$	9,91 %
1923	872:249$	15 589:994$	5,59 %
1924	1.132:629$	12.558:669$	9,01 %
1925	1.322:082$	12.423:188$	10,62 %
1926	1.309:761$	10.847:614$	13,36 %
1927	1.373:696$	13.890:427$	9,88 %
1928	1.656:877$	14.381:636$	11,52 %
1929	1.763:963$	16.084:634$	10,96 %
1930	1.738:016$	15.441:945$	11,25 %
1931	1.980:621$	16.619:945$	11,95 %
1932	1.892:709$	12.188:814$	15,52 %
1933	2.288:877$	12.695:223$	18,03 %
1934	2.207:202$	20.412:294$	10,81 %

Em conclusão

As percentagens acima evidenciam que o Ceará nunca sovinou recurso financeiro para o desenvolvimento de sua *instrução pública primária,* e, acrescento, nenhum outro estado da Federação, até o ano de 1934, havia ultrapassado a contribuição percentual do Ceará.

O que tornou o Ceará saliente no movimento do ensino primário foi a sua *modelar desorganização,* já hoje vantajosamente desaparecida.